



BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante		77.887	75.546	89.768	84.656
Caixa e Equivalente de Caixa	5	11.152	9.438	17.974	15.720
Creditos de Operações com Planos	6	-	-	2.950	1.360
Clientes a Receber	6	6.693	833	6.693	833
SUS a Receber	6	28.943	28.010	28.943	28.010
Convênios Particulares	6	15.176	11.562	15.176	11.562
(-) Prov. Para Créditos de Liq. Duvidosa	6	(7.963)	(7.147)	(7.963)	(7.147)
Outros Créditos a Receber	7	6.686	14.345	7.175	14.547
Arrendamento		7	1	7	1
Estoques	8	16.299	17.714	16.299	17.714
Despesas Exercício Seguinte		893	790	893	846
Créditos Tributarios e Previdenciários		-	-	1.620	1.210
Não Circulante		92.353	95.530	96.242	99.194
Bloqueio / Depósitos Judiciais	10	6.412	5.793	6.412	5.793
Créditos / Depósitos Judiciais e Fiscais	10	-	-	4.410	4.017
Cotas de Capital	11	169	152	169	152
Imobilizado	9	68.681	72.583	68.160	72.231
Conta de Compensação	12	17.092	17.001	17.092	17.001
Total do Ativo		170.240	171.076	186.010	183.850

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante		305.102	206.438	319.398	214.282
Empréstimos e Financiamentos	13	16.871	16.141	16.871	16.141
Fornecedores	14	85.296	67.984	85.301	67.984
Obrigações Pessoal (Salario + Provisões)	15	53.573	42.788	53.573	42.788
Obrigações fiscais	16	134.017	66.192	134.018	66.192
Outras obrigações	17	15.345	13.333	15.394	13.333
Prov. de Prêmios / Contraprestações	19	-	-	2.786	1.545
Prov. de Eventos / Sinistros a Liquidar p/ SUS	19	-	-	1.522	715
Prov. de Eventos / Sinistros a Liquidar p/ Outros Prestadores	19	-	-	3.106	788
Prov. de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	19	-	-	5.633	4.136
Prov. p/ Ações Judiciais	19	-	-	-	4
Débitos de Oper. De Assistência a Saúde		-	-	51	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	-	-	507	334
Débitos Diversos	14/15	-	-	636	322
Não Circulante		487.516	462.523	488.183	462.999
Empréstimos e Financiamentos	13	261.791	240.776	261.791	240.776
Prov. Cíveis e Trabalhistas / Fornecedores	19	35.908	32.323	35.908	32.323
Prov. de Eventos / Sinistros a Liquidar p/ SUS	19	-	-	526	274
Prov. para Ações Judiciais	19	-	-	140	202
Impostos Parcelados	18	189.817	189.425	189.817	189.425
Patrimônio Líquido		(622.378)	(497.886)	(621.570)	(493.430)
Patrimônio Social	20	2.372	2.372	2.372	2.372
Adiantamento p/ futuro aumento de capital		-	-	1	1
Déficit Acumulado	21	(544.768)	(446.405)	(544.768)	(446.405)
Superávits Acumulado	21	27.509	27.509	31.964	30.735
Superávit / Déficit do Exercício	21	(124.582)	(98.364)	(128.230)	(97.134)
Conta de Compensação	12	17.092	17.001	17.092	17.001
Total do Passivo		170.240	171.076	186.010	183.850

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

RECEITAS	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas de Serviços Hospitalares	24	503.459	485.816	503.459	485.816
Subvenções, Convênios e Contribuições	24	15.276	26.796	15.276	26.796
Outras Receitas Operacionais	24 / 27	11.528	7.573	13.526	8.810
(-) Deduções de Receita	24	(419)	(394)	(419)	(394)
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos		-	-	60.255	46.052
Variação das Provisões Técnicas de Oper. De Assistência à Saúde		-	-	(322)	-
(-) Tributos Diretos de Operações c/ Planos de Assist. à Saúde da Oper.		-	-	(3.083)	(1.336)
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		-	-	1	-
= Receita Operacional Líquida		529.843	519.791	588.692	565.744

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Pessoal Não Médico Assistencial	25	156.856	148.514	156.856	148.514
Pessoal Médico	25	84.896	80.530	84.896	80.530
Materiais e Medicamentos Assistenciais	25	100.523	96.515	100.523	96.515
Serviços de Terceiros Assistenciais	25	110.376	104.801	110.376	104.801
Evento/Sinistros Conhecidos ou Avisados		-	-	42.697	35.645
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		-	-	1.497	730
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		-	-	2.641	357
Custo com Pessoal Serv. De Terceiros - RPA		-	-	3	-
= Custo dos Serviços Prestados		452.651	430.360	499.488	467.092
= RESULTADO BRUTO		77.193	89.431	89.204	98.652
DESPESAS OPERACIONAIS	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Pessoal Administrativo	26	67.968	62.123	70.444	63.834
Materiais de Consumo e Manutenção	25	13.677	13.671	13.677	13.671
Serviços Gerais	25	16.310	14.587	27.508	19.119
Energia Elétrica, água, Telefone e Internet	26	10.125	10.186	10.247	10.307
Depreciação	26	10.416	9.172	10.416	9.172
Seguros, Taxas, Cursos, Outras despesas	26	13.148	10.351	13.150	10.351
Despesas de Comercialização		-	-	1.190	529
Reversão PCLD – Reversão Juros / Multa (Parcel.)	26	(2.073)	(8.334)	(2.073)	(8.334)
Despesas Financeiras	27	68.563	77.501	68.826	77.734
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde não Relac. c/ Planos		-	-	153	-
Serviços Prestados por Terceiros (Desp. Com Vendas)		-	-	11	-
Alugueis de Máquinas e Equipamentos		-	-	4	-
Serviços Prestados por Terceiros (Desp. Administrativa)		-	-	74	-
= Total de Despesas Operacionais		198.133	189.258	213.624	196.384
= Resultado Operacional Antes das Variações Patrimoniais		(120.940)	(99.827)	(124.419)	(97.732)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ganhos Patrimoniais		-	1.464	-	1.464
Perdas Patrimoniais		3.641	-	3.641	-
= Resultado Líquido do Exercício (Superávit/Déficit)		(124.582)	(98.364)	(128.061)	(96.268)
Imposto de Renda		-	-	123	635
Contribuição Social		-	-	46	231
= Lucro Líquido		(124.582)	(98.364)	(128.230)	(97.134)

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO DIRETO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
(+) Recebimento de Planos Saúde	-	-	61.941	47.581
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	21.877	27.589	77.032	72.108
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	3.258	1.524	5.265	2.762
(+) Recebimento Clientes	-	-	50	-
(+) Outros Recebimentos Operacionais	512.631	490.753	512.632	490.753
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	86.671	86.286	127.702	125.652
(-) Pagamento Comissões	-	-	1.190	529
(-) Pagamento de Pessoal	235.924	253.280	237.856	254.608
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	13.482	21.304	25.032	26.274
(-) Pagamento de Tributos	63.429	21.081	69.280	25.352
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	3.905	4.022	3.905	4.022
(-) Pagamento de Aluguel	-	-	147	126
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	-	-	501	389
(-) Aplicações Financeiras	11.102	9.402	68.008	51.696
(-) Outros Pagamentos Operacionais	104.726	178.817	104.749	178.820
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	18.528	(54.324)	18.552	(54.262)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	-	-	-	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	-	-	-	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	-	-	(79)	(89)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	-	-	(79)	(89)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	9.000	256.000	9.000	256.000
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	25.004	22.489	25.004	22.489
(-) Pagamento de Juros – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	22.844	40.557	22.844	40.557
(-) Pagamento de Amortização – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	9.825	155.640	9.825	155.640
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	19.848	31.887	19.848	31.887
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(18.513)	50.405	(18.513)	50.405

VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	14	(3.920)	213	(3.662)
CAIXA – Saldo Inicial	36	3.956	359	4.021
CAIXA - Saldo Final	50	36	573	359
Ativos Livres no Início do Período (*)	9.438	14.422	10.509	17.280
Ativos Livres no Final do Período (*)	11.152	9.438	11.743	10.509
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. – RECURSOS LIVRES	1.714	(4.984)	1.234	(6.771)

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	Patrimônio Social	Reserva de Capital	Reserva de Investiment	Reserva de Reavaliação	Déficits Acumulados	Total Controlador	Total Consolidado
Em 01 de Janeiro de 2024	2.372	-	-	239.516	(418.894)	(177.008)	(173.783)
Patrimonio Social	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/Deficit do exercício	-	-	-	-	(98.364)	(98.364)	(97.135)
Em 31 de Dezembro de 2024	2.372	-	-	-	(517.258)	(514.887)	(510.432)
Patrimonio Social	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/Deficit do exercício	-	-	-	-	(124.582)	(124.582)	(128.230)
Em 31 de Dezembro de 2025	2.372	-	-	-	(641.840)	(639.468)	(638.662)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração dos Resultados Abrangentes	Controladora		Consolidado	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2025	2024	2025	2024
Resultado Líquido do Período	(124.582)	(98.364)	(128.230)	(97.134)
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Variação de Reserva de Reavaliação (Quando Existente)	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
(+/-) Resultados Abrangentes de Empresas Investidas (quando reconhecidas pela Equivalência Patrimonial)	-	-	-	-
Aumento / Diminuição Aplic. Finan. - Recursos Livres	(124.582)	(98.364)	(128.230)	(97.134)

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande, entidade mantenedora e administradora do Hospital de Caridade “Santa Casa”, instituição de direito privado, com fins filantrópicos, de educação e assistência social, fundada em 03 de junho de 1919, reconhecida como utilidade pública municipal pela lei nº. 650 de 26 de novembro de 1959, utilidade pública estadual pela lei nº 1227 de 25 de julho de 1959 e utilidade pública federal pela lei nº. 62.252 de 14 de fevereiro de 1968, detentora do CNAS – Certificado Nacional Assistência Social, tem como missão prover assistência à saúde por meio de uma gestão que garanta filantropia com sustentabilidade, aprimorando a qualidade e o ensino.

Tem seus valores definidos em: respeito à vida trabalhando em prol do bem-estar e da dignidade do indivíduo, gestão responsável priorizando a ética, sustentabilidade e transparência na gestão dos recursos, orgulho de pertencer preservando a história da instituição, cultura justa adotando uma postura de inclusão, acolhimento e igualdade, atenção aos detalhes realizando tudo com empenho e qualidade, melhoria continua no aprendizado constante e no desenvolvimento de novas soluções em saúde.

Sua visão é fortalecer a posição como centro de referência na prestação de serviço médico-hospitalar e ser reconhecido pelo modelo assistencial de qualidade, gestão, ensino em saúde.

A Santa Casa possui sua unidade hospitalar em Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul prestando serviços de reconhecida relevância, sendo essencial para a comunidade e até mesmo para o poder público pois fornece serviços especializados, atendendo não só a capital, como os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, seus vizinhos e até mesmo outros países.

Em 02 de janeiro de 2023, tomou posse a nova diretoria eleita para o triênio 2023/2024/2025, composta: Presidente: Alir Terra Lima, Vice-presidente Jary de Carvalho e Castro, Diretor-Secretário: Heitor Miguel Scheibeler,

Diretor-Secretário Adjunto: Ivan Araújo Brandão, Diretor Financeiro: Marcos Alceu da Silva Villalba, Diretor Financeiro Adjunto: Paulo Guilherme Guttierrez Mariozza.

Em 31 de dezembro de 2025 a Santa Casa apresentou prejuízo no montante de -R\$ 124.582 (cento e vinte e quatro milhões quinhentos e oitenta e dois mil), patrimônio líquido negativo em -R\$ 639.469 (seiscentos e trinta e nove milhões quatrocentos e sessenta e nove mil) e seu passivo circulante excede seu ativo circulante em R\$ 227.215 (duzentos e vinte sete milhões duzentos e quinze mil).

A Entidade buscando o reequilíbrio financeiro e está em tratativa com o poder público, buscando o equilíbrio do contrato de prestação de serviços do SUS junto a SESA. A Entidade também procedeu ajuizamento contra os entes (Federal, Estadual e Municipal) através do processo n. 0011589-50.2016.4.03.6000, processo esse que se refere ao equilíbrio econômico financeiro do contrato do SUS, julgado procedente e reconheceu a existência do desequilíbrio financeiro, condenando os Réus a, solidariamente, pagar o montante de R\$ 275.593 (duzentos e setenta e cinco milhões quinhentos e noventa e três mil), referente ao período compreendido entre 07 de outubro de 2011 e maio de 2018, estabelecendo ainda, quanto as parcelas a vencer a partir de junho de 2018, que sua apuração se dará por arbitramento, o valor principal referente à parte líquida da condenação constante na sentença, devidamente atualizado, perfaz o montante de R\$ 667.878 (seiscentos e sessenta e sete milhões oitocentos e setenta e oito mil).

Procedeu também com ajuizamento de ação contra o Município de Campo Grande, através do processo n. 0834777-67.2020.8.12.0001, referente ao repasse da Lei Federal nº 13992 de 22 de abril de 2020, pandemia, que determinou o pagamento integral dos valores dos tetos de produção, porém o Município de Campo Grande, emitiu uma portaria contrariando o descrito na lei e efetuou pagamento através de médias históricas. Processo este que a Santa Casa obteve ganho do valor não repassado corrigido, que hoje perfaz o montante de R\$ 46.381 (quarenta e seis milhões trezentos e oitenta e um mil).

Procedeu ainda ajuizamento junto à União Federal, buscando equiparação da tabela SUS frente a tabela TUNEP, através do processo n. 1011917-13.2023.4.01.3400, esse processo visa a unificação dos valores pagos pelo SUS frente a tabela TUNEP.

A Entidade está ainda buscando redução de custos, melhora continua nos processos de compras, buscando sempre o menor preço e qualidade dos produtos ofertados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP). Tais práticas compreendem as disposições da Lei nº 6.404/76 (atualizada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09), em conjunto com os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Especificamente para a natureza jurídica da Entidade, são observadas a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros.

As informações contábeis são apresentadas de forma comparativa, abrangendo os saldos individuais da Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande (“Controladora”) e os saldos consolidados, que incluem suas controladas: Operadora de Planos Privados de Saúde e Escola de Saúde Santa Casa de Campo Grande.

A consolidação foi elaborada em estrita observância aos artigos 248 a 250 da Lei nº 6.404/76 e ao pronunciamento técnico CPC 36 (R3) / Seção 9 da NBC TG 1000. Nas demonstrações individuais da Controladora, as participações nas controladas são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP). Nas demonstrações consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas das controladas são somados aos da Controladora, com a eliminação integral de saldos e transações entre as entidades do grupo, bem como da participação da Controladora no patrimônio líquido das investidas, assegurando a apresentação do grupo como uma única unidade econômica.

2.2 Base de Mensuração

As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotados para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Entidade de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis podem ser incluídas diversas estimativas referentes a ajustes a valor presente, perdas estimadas com créditos de

liquidação duvidosa, vida útil do ativo imobilizado e provisões necessárias para passivos contingentes, para calcular projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais.

4. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Os direitos e obrigações da entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais, através de títulos de créditos, documentos contábeis e instrumentos contratuais legais e usuais, o Ativo Realizável e o Passivo Exigível estão apresentados em prazo inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, como circulante.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

As disponibilidades da Entidade compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, em conformidade com o regime de competência. Os recursos são mantidos em instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Caixa e Equivalente de Caixa	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	9.688	26.884	17.623	33.096
Banco Conta Movimento	40.678	9.060	354.945	126.343
Aplicações Financeiras	11.101.800	9.401.907	17.603.795	15.560.340
Total ==>	11.152.166	9.437.851	17.976.363	15.719.778

6. CRÉDITOS A RECEBER DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Referem-se aos valores a receber decorrentes da prestação de serviços hospitalares a pacientes particulares, operadoras de planos de saúde e ao Sistema Único de Saúde – SUS, registrados pelo valor nominal, deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

Créditos a Receber de Prestação de Serviços (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contraprestação Pecuniária a Receber	-	-	1.809.675	700.216
Participação dos Beneficiários	-	-	1.140.401	660.106
Convênios a Receber	15.085.010	8.490.509	15.085.010	8.490.509
Recurso de Glosa	6.478.127	6.250.724	9.428.203	7.611.046
(-) Valores em Transito Convenio	(6.387.518)	(3.179.161)	(6.387.518)	(3.179.161)
(-) Provisão Perda Sobre Crédito - Convênios	(5.834.705)	(5.591.187)	(5.832.680)	(5.589.163)
(-) Provisão Perda Sobre Crédito - Glosa	(2.128.484)	(1.555.583)	(508.612)	(345.604)
SUS a Receber	28.944.428	28.011.105	28.944.428	28.011.105
(-) Valores em Transito SUS	(1.165)	(1.165)	(1.165)	(1.165)
Clientes a Receber	7.548.649	1.955.301	7.550.674	1.957.325
Funcionário a Receber	503.018	235.679	509.681	264.241
(-) PCLD Clientes a Receber	(1.358.348)	(1.358.348)	(875.911)	(1.185.470)
Total ==>	42.849.010	33.257.873	52.482.060	38.603.963

7. OUTROS CRÉDITOS

Compreendem, substancialmente, valores a receber decorrentes de operações com cartões de crédito e outras operações correlatas, registrados pelo valor realizável.

Bens e Títulos a Receber (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outros Títulos a Receber	485.610	411.791	485.610	468.244
Adiantamento a Funcionários	1.289.393	964.242	1.296.056	992.805
Adiantamentos Diversos	124.442	81.469	124.442	81.469
Adiantamento a Fornecedores	4.786.897	12.887.321	5.269.334	13.060.200
Total ==>	6.686.342	14.344.823	7.175.443	14.602.717

8. ESTOQUES

Os estoques compostos principalmente por materiais hospitalares, medicamentos e insumos, estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo os valores de reposição ou realização líquida, conforme aplicável.

Itens considerados obsoletos ou sem movimentação há mais de 12 meses são objeto de provisão para perdas, em consonância com o CPC 16 – Estoques.

Incluem-se, ainda registros relativos a empréstimos de materiais e medicamentos entre unidades hospitalares, destinados ao atendimento de demandas emergenciais.

Estoques (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Almoxarifado Patrimônio	3.149.168	2.942.985	3.149.168	2.942.985
Almoxarifado Farmácia	4.963.823	6.994.626	4.963.823	6.994.626
Almoxarifado Alimentício	223.933	186.364	223.933	186.364
Almoxarifado Manipulação	447.229	280.699	447.229	280.699
Almoxarifado OPMES	864.623	856.870	864.623	856.870
Almoxarifado Gráfica	5.966	4.483	5.966	4.483
Almoxarifado Banco de Olhos	60.980	75.829	60.980	75.829
Almoxarifado Nutrição Enteral	66.410	47.133	66.410	47.133
Almoxarifado Unidades	303.572	272.987	303.572	272.987
Almoxarifado Manutenção	633.923	521.726	633.923	521.726
Almoxarifado Lactário	206.595	143.693	206.595	143.693
Almoxarifado Parenteral	48.707	86.442	48.707	86.442
Almoxarifado Centro Cirúrgico	372.668	374.535	372.668	374.535
Almoxarifado Central Material Esterilização	2.478	528	2.478	528
Almoxarifado Material e Medicamento	918.351	1.883.546	918.351	1.883.546
Almoxarifado P.S	133.048	160.066	133.048	160.066
Almoxarifado Lavanderia	115.499	3.874	115.499	3.874
Almoxarifado SESMT	25.637	125.765	25.637	125.765
Almoxarifado Engenharia Clinica	501.868	474.528	501.868	474.528
Total ==>	13.044.478	15.436.678	13.044.478	15.436.678
Estoques (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimo Concedido	3.421.494	2.726.940	3.421.494	2.726.940
(-) Estoque Obsoleto	(166.732)	(449.303)	(166.732)	(449.303)
Total ==>	3.254.762	2.277.637	3.254.762	2.277.637
TOTAL ESTOQUES	16.299.241	17.714.315	16.299.241	17.714.315

9. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens.

Ganhos ou perdas na baixa ou alienação são reconhecidos no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando resultam em incremento de benefícios econômicos futuros.

Imobilizado	2024					2025	
						Controladora	Consolidado
	Saldo Anterior	Aquisições / Reavaliações	Baixas	Estorno de Baixas	Depreciação Acumulada	Saldo Atual	
Edificações e Benfeitorias Ambulatório Mato Grosso	10.977	-	-	-	(40.071)	(29.094)	(29.094)
Terrenos	-	-	-	-	-	-	2.856.000
Instalações	(0)	-	-	-	(3.125)	(3.125)	1.735
Equipamentos Eletro médicos	22.416.453	3.284.189	(765.152)	216.519	(4.551.783)	20.600.226	20.652.010
Equipamentos de Apoio	411.695	26.617	(1.190)	-	(55.814)	381.309	381.309
Equipamentos de Infra Estrutura	11.300	-	(697)	-	(1.188)	9.415	9.415
Equipamentos Geries	3.150.137	3.167.990	(1.226.341)	-	203.323	5.295.109	5.295.109
Instrumental	1.541.514	366.544	-	(9.553)	(719.943)	1.178.561	1.178.561
Maq. / Equipamentos Eletr. Proc. Dados	1.095.429	24.314	(35.101)	22.301	(355.916)	751.026	781.946
Moveis e Utensílios	3.283.140	576.399	(636.379)	23.768	(287.690)	2.959.238	3.171.495
Veículos	62.972	-	-	-	(68.448)	(5.476)	(5.476)
Chácara Santo Antonio	21.520	-	-	-	(11.528)	9.993	9.993
Complexo Avenida Mato Grosso	17.585.463	-	-	-	(761.980)	16.823.483	16.823.483
Complexo Eduardo Santos Pereira	11.733.258	-	-	-	(1.672.710)	10.060.548	10.060.548
Colégio Osvaldo Cruz	448.569	-	-	-	(54.627)	393.942	393.942
Imóvel 13 de Maio	982.251	-	(1.000.000)	-	17.749	-	-
Software	90.770	-	(911.568)	-	(5.194)	(825.991)	(825.991)
Imóvel Amambai	-	2.000.000	-	-	(67.381)	1.932.619	1.932.619
Total ==>	62.845.447	9.446.053	(4.576.427)	253.035	(8.436.326)	59.531.783	62.687.603
Imóveis em Construção	2024					2025	
						Controladora	Consolidado
	Saldo Anterior	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação Acumulada	Saldo Atual	
Reforma Osvaldo Cruz	4.661.259	-	-	-	-	4.661.259	4.661.259
Reforma do Setor de Banco de Leite	6.700	-	-	-	-	6.700	6.700
Reforma Prontomed	39.236	-	-	-	-	39.236	39.236
Total ==>	4.707.195	-	-	-	-	4.707.195	4.707.195
Participação em outras empresas	2024					2025	
						Controladora	Consolidado
	Saldo Anterior	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação Acumulada	Saldo Atual	
Participação em Outras Empresas	619.630	3.052.851	-	-	-	3.672.481	3.672.481
Total ==>	619.630	3.052.851	-	-	-	3.672.481	3.672.481
Total Geral ==>	68.172.273	12.498.904	(4.576.427)	253.035	(8.436.326)	67.911.459	71.067.279

10.BLOQUEIOS / DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Incluem depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas e cíveis, bem como valores bloqueados judicialmente em contas bancárias da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos judiciais totalizavam R\$ 4.380.870 (quatro milhões trezentos e oitenta mil oitocentos e setenta reais) e os bloqueios judiciais em contas correntes somavam R\$ 1.911.786 (um milhão novecentos e onze mil setecentos e oitenta e seis reais).

Depósitos Judiciais e Fiscais (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos Judiciais e Fiscais - Cíveis	4.380.870	3.764.965	4.439.828	3.764.965
Depósitos Judiciais e Fiscais - Trabalhistas	119.162	119.162	119.162	119.162
Depósitos Judiciais e Fiscais - ISS Próprio	-	-	3.380.220	3.128.943
Recuperação INSS Patronal Processo	-	-	970.634	887.820
Sub Total ==>	4.500.033	3.884.127	8.909.844	7.900.890
Bloqueio Judiciais	1.911.786	1.908.563	1.911.786	1.908.563
Total ==>	6.411.819	5.792.690	10.821.630	9.809.453

11. COTAS DE CAPITAL

Correspondem a participações permanentes classificadas no ativo não circulante, registradas ao custo de aquisição.

Cotas de Capital (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Banco Sicredi (0911 / 24137-7)	113.032	102.295	113.032	102.295
Banco Sicredi (0913 / 48202-1)	3.092	2.933	3.092	2.933
Banco Uniprime (19515-4)	6.025	5.570	6.025	5.570
Sicoob (4027/40013363-6)	23.585	19.365	23.585	19.365
Sicoob (4354 8497-2)	22.881	22.127	22.881	22.127
Total ==>	168.616	152.291	168.616	152.291

12. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Registram valores relativos a convênios firmados com entidades públicas e privadas, evidenciados para fins de controle. Em 31 de dezembro de 2025, totalizavam R\$ 17.091.538 (dezesete milhões noventa e um mil quinhentos e trinta e oito reais).

Compensação (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Convenio Mace Moderna ASS ENS	164	164	164	164
Cegran Centro de Ensino Campo Grande	9.360	9.360	9.360	9.360
Compensação PIS Proc. 0006788-33.2012.4.03.6000	300.829	300.829	300.829	300.829
Precatório 160133466.2018.8.12.0000	1.694.790	1.694.790	1.694.790	1.694.790
Consesp Conc. Res. Medicas	-	98.100	-	98.100
Pitágoras Sistema de Educação Superior	-	113.556	-	113.556
Convenio 1700 2024	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
Total ==>	7.005.143	7.216.799	7.005.143	7.216.799

Bens em Comodato (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prefeitura Municipal de Campo Grande - SESAU	124.400	124.400	124.400	124.400
INTO - Instituto Nacional Traumatologia	2.870.493	2.870.493	2.870.493	2.870.493
Estado Mato Grosso do Sul - SES	439.429	438.617	439.429	438.617
Ministério da Saúde	40.187	40.187	40.187	40.187
Hospital Regional	30.485	30.485	30.485	30.485
Antonio Moraes dos Santos	387.063	409.658	387.063	409.658
Samtronic Industria e Comercio LTDA	146.450	146.450	146.450	146.450
Equipamed Equipamentos Médicos LTDA	60.000	60.000	60.000	60.000
Nacional Comercial Hospitalar LTDA	27.506	27.506	27.506	27.506
Laboratórios B Braun S A	1.693.761	1.693.761	1.693.761	1.693.761
Exitusmed Comercio Produtos Médicos Hospitalares	40.100	40.100	40.100	40.100
Expressa Distribuidora de Medicamentos LTDA	24.481	24.481	24.481	24.481
3M do Brasil LTDA	175.809	156.979	175.809	156.979
First Medical Service LTDA	3.836.000	3.568.000	3.836.000	3.568.000
Ross Medical	181.650	153.400	181.650	153.400
Braincare Desenv e Inovação Tecnologia	8.580	-	8.580	-
Total ==>	10.086.395	9.784.517	10.086.395	9.784.517
Total Geral ==>	17.091.538	17.001.317	17.091.538	17.001.317

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Reconhecidos pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data do balanço, conforme regime de competência.

Destacam-se as seguintes operações:

- Em 14 de novembro de 2019 a entidade optou por realizar um empréstimo junto ao banco SICOB Credicom no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), a taxa de juros efetiva mensal de 0,55%, com prazo de amortização em 84 meses.
- Em 17 de janeiro de 2024 a entidade optou em realizar um empréstimo junto ao banco Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 248.000.000,00 (duzentos e quarenta e oito milhões), a taxa de juros efetiva mensal 1,36% com prazo de amortização em 120 meses. Com a aquisição do mesmo foram realizadas amortizações dos empréstimos com a CEF sob o contrato de nº 10.4314.7300.1200337 e nº 1406077. Em junho de 2025, foi celebrado Termo de Cessão de Direitos Creditórios, o qual previu a suspensão do pagamento das parcelas do empréstimo pelo período de seis meses.
- Em 20 de fevereiro de 2024 a entidade optou em realizar um empréstimo junto ao Banco Daycoval no montante de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões), a taxa de juros efetiva mensal 1,56% com prazo de amortização em 60 meses.

- Em 07 de março de 2025 a entidade optou em realizar um empréstimo junto ao Banco Daycoval no montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), a taxa de juros efetiva mensal 1,85% com prazo de amortização em 60 meses.
- Em 21 de outubro de 2025 a entidade optou em realizar um empréstimo junto ao Banco Daycoval no montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a taxa de juros efetiva mensal 1,75% com prazo de amortização em 60 meses.

Empréstimos e Financiamentos Circulante (Valores em R\$ mil)		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Sicoob Credicom Nº 840379	1,53%	1.428.571	1.614.871	1.428.571	1.614.871
Banco Daycoval Nº96739-6	1,37%	-	533.333	-	533.333
CEF 10 4314 610 0000015 13 Empréstimo	1,36%	12.042.254	10.009.766	12.042.254	10.009.766
Empréstimo Banco Daycoval 107777-7	1,56%	1.600.000	1.733.333	1.600.000	1.733.333
Banco Daycoval Nº97235-7	1,33%	-	2.250.000	-	2.250.000
Empréstimo Daycoval 114134-3	1,85%	800.000	-	800.000	-
Empréstimo Daycoval 117880-8	1,75%	1.000.000	-	1.000.000	-
Total ==>		16.870.825	16.141.304	16.870.825	16.141.304

Empréstimos e Financiamentos Não Circulante (Valores em R\$ mil)		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Sicoob Credicom Nº 840379	1,53%	119.048	1.517.052	119.048	1.517.052
CEF 10 4314 610 0000015 13	1,36%	251.571.746	234.191.833	251.571.746	234.191.833
Banco Daycoval Nº 107777-7	1,56%	3.600.000	5.066.667	3.600.000	5.066.667
Empréstimo Daycoval 114134-3	1,85%	2.666.667	-	2.666.667	-
Empréstimo Daycoval 117880-8	1,75%	3.833.333	-	3.833.333	-
Total ==>		261.790.794	240.775.552	261.790.794	240.775.552

14. FORNECEDORES

Encontram-se registrados neste grupo os fornecedores de materiais e medicamentos, próteses, prestadores de serviços, e concessionárias (água, luz, telefone).

Fornecedores (Valores em R\$ mil)		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fornecedor Material / Medicamento		22.257.728	32.853.541	22.257.728	32.853.541
Fornecedor Serviço Hospitalar		33.806.224	13.775.561	33.806.224	13.775.561
Fornecedor Prótese		19.760.934	13.949.716	19.760.934	13.949.716
Fornecedor Serviço		8.200.540	6.777.866	8.485.682	6.883.599
Água / Telefone / Luz		6.250.504	4.290.726	6.250.504	4.290.726
Total ==>		90.275.931	71.647.411	90.561.073	71.753.144

15. OBRIGAÇÕES PESSOAL

Incluem salários, encargos sociais, provisões de férias e demais obrigações trabalhistas, reconhecidas conforme o regime de competência.

Obrigações Pessoal (Valores em R\$ mil)		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Salários a Pagar		22.303.074	12.907.150	22.401.128	12.984.872
Férias (Provisões)		31.269.819	29.880.436	31.527.597	30.018.852
Total ==>		53.572.893	42.787.586	53.928.724	43.003.724

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Encontram-se registrados neste grupo os débitos oriundos de impostos retidos sobre folha de pagamento, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), retenções efetuadas de prestadores de serviço, pessoas jurídicas. Encontram-se registrados também parcelamento de tributos e contribuições.

Em 2025 a entidade realizou parcelamento dos impostos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na modalidade de parcelamento com condições especificadas em edital.

Tributos e Encargos Sociais (Valores em R\$ mil)		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
FGTS		2.831.292	4.146.745	2.851.416	4.157.042
I.R.		53.789.562	12.009.881	53.873.246	12.050.921
I.S.S.		842.223	842.223	1.019.155	890.141
PIS, COFINS, CSLL		8.121.338	1.774.300	8.260.183	1.937.583
I.N.S.S.		22.940.025	6.238.214	23.028.146	6.309.541
Parcelamentos Tributos e Contribuições		45.492.672	41.181.068	45.492.672	41.181.068
Total ==>		134.017.112	66.192.432	134.524.816	66.526.295

a) Reconhecimento de Tributos

Em consonância com o Princípio da Competência, foi registrado na conta de juros e multas os valores relativos aos impostos em atraso no decorrer do ano de 2025.

Totalização			
Tributo	Multa	Juros	Total
I.R	9.746.440	6.043.201	15.789.641
PIS,COFINS,CSLL	1.435.952	854.047	2.289.998
Total ==>	11.182.391	6.897.247	18.079.639

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Incluem obrigações diversas, tais como indenizações, pensões, valores a repassar, provisões operacionais, arrendamentos e obrigações entre instituições hospitalares.

Outras Obrigações (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras Obrigações com Pessoal	1.781.140	1.411.762	1.781.140	1.411.762
Indenizações (Pensões)	1.386.751	2.502.351	1.386.751	2.502.351
Empréstimo Almojarifado	4.047.433	3.108.098	4.047.433	3.108.098
Eventos a Liquidar SUS	1.169	1.169	1.169	1.169
Adiantamento de Clientes	1.523.044	1.442.441	1.572.904	1.442.441
Repasses	1.625.495	1.203.882	1.625.495	1.203.882
Total ==>	10.365.032	9.669.703	10.414.893	9.669.703

18. IMPOSTOS PARCELADOS NÃO CIRCULANTE

Referem-se a parcelamentos tributários com vencimentos de longo prazo, registrados no passivo não circulante.

Tributos e Encargos Sociais (Parcelamento Não Circulante) (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Parcelamento Impostos RFB	5.743.750	33.105.830	5.743.750	33.105.830
Parcelamento Impostos PGFN	177.138.177	154.938.972	177.138.177	154.938.972
Parcelamento FGTS	5.554.924	-	5.554.924	-
Parcelamento ISS	1.380.175	1.380.175	1.380.175	1.380.175
Total ==>	189.817.026	189.424.978	189.817.026	189.424.978

19. PROVISÕES CONTINGENCIAIS

Conforme determina o CPC 25, que trata das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, foram constituídos levando - se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Conforme julgamento de nossos consultores jurídicos foi avaliado como Possível de perda o montante de R\$ 150.000 (cento e cinquenta mil) de ações trabalhistas e R\$ 6.090.345 (seis milhões noventa mil trezentos e quarenta e cinco reais) de ações cíveis.

Provisões Cíveis e Trabalhistas / Fornecedor (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão Eventos Liquidar - SUS	3.260	3.260	1.525.209	718.166
Provisões Contingenciais Cíveis	6.090.345	-	6.230.498	206.005
Provisões Contingenciais Trabalhistas	150.000	246.085	150.000	246.085
Provisões de Prêmios / Contraprestações	-	-	2.786.090	1.544.502
Provisões de Eventos / Sinistros a Liquidar p/ Outros Prestadores	-	-	3.106.063	788.111
Provisões de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	-	-	5.632.844	4.135.693
Fornecedores (Energisa)	18.275.361	20.855.412	18.275.361	20.855.412
Parcelamento Ressarcimento ao SUS	-	-	526.238	273.970
Outros Débitos	11.389.514	11.217.752	11.389.514	11.217.752
Total ==>	35.908.479	32.322.509	49.621.816	39.985.696

20. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da entidade perfaz o montante de R\$ 2.371.805,40 (dois milhões trezentos e setenta e um mil oitocentos e cinco reais e quarenta centavos).

21. SUPERÁVIT / DÉFICIT

No ano de 2024 a entidade encerrou o período com o déficit de R\$ 98.363.563 (noventa e oito milhões trezentos e sessenta e três mil quinhentos e sessenta e três reais).

No ano de 2025 a entidade encerrou o período com o déficit de R\$ 124.582.187 (cento e vinte e quatro milhões quinhentos e cinquenta e dois mil cento e oitenta e sete reais).

Superávit / Déficit (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Superávit / Déficit Acumulados	(517.259.087)	(418.895.524)	(512.803.938)	(415.669.910)
Superávit / Déficit do Exercício	(124.582.187)	(98.363.563)	(128.230.333)	(97.134.028)
Total ==>	(641.841.274)	(517.259.087)	(641.034.271)	(512.803.938)

22. ISENÇÕES

Em atendimento ao parágrafo único art. 4º Decreto 2.536 de 06/04/98 e NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS Patronal), como se devido fosse gozada durante o ano de 2025 foi de R\$ 72.870.619 (setenta e dois milhões oitocentos e setenta mil seiscentos e dezenove reais).

Ainda em atendimento a NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções fiscais (IR, PIS, COFINS, CSLL, ISS), gozadas durante o ano de 2025 foi de R\$ 48.543.312 (quarenta e oito milhões quinhentos e quarenta e três mil trezentos e doze reais).

Isenções	2025	2024
PIS / COFINS / CSLL	23.391.337	22.761.195
I.S.S.	25.151.975	24.271.082
Total ==>	48.543.312	47.032.277
I.N.S.S	72.870.619	69.903.635
Total Geral ==>	121.413.931	116.935.912

23. GRATUIDADES

Em atendimento as exigências de prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), nos termos do artigo 20 do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, a entidade registrou o percentual de 84,84% (pacientes dia), atendimento decorrente de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde – SUS, ou seja, superior a 60% do total da capacidade contratada.

24. RECEITA OPERACIONAL

A Entidade mantém contrato com o Gestor Municipal do SUS (Prefeitura Municipal de Campo Grande), para prestação de serviço médico hospitalar e atendimento aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) através do convênio nº 03-A, de 02 de junho de 2021 e seus aditivos.

Em 2025 o valor faturado referente a produção e incentivos foi de R\$ 452.675.367 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões seiscentos e setenta e cinco mil trezentos e sessenta e sete reais).

Registra-se também os serviços prestados para operadoras de planos de saúde, e de pacientes particulares.

Conforme previsto na ITG 2002, deve ser reconhecido o trabalho voluntário, dos membros integrantes da administração, pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Receita Operacional (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Convênios (com desconto de glosa)	37.482.629	28.818.650	37.482.629	28.818.650
Particular	12.881.513	7.870.728	12.881.513	7.870.728
Produção Alta Complexidade	45.681.321	46.903.745	45.681.321	46.903.745
Produção Média Complexidade	62.536.803	62.536.803	62.536.803	62.536.803
Incentivos	242.509.982	206.052.758	242.509.982	206.052.758
Incentivos Pontuais	42.568.672	61.444.720	42.568.672	61.444.720
Emendas Parlamentares	1.100.000	12.856.712	1.100.000	12.856.712
Piso Enfermagem	24.907.986	23.247.346	24.907.986	23.247.346
Produção Extra Teto	33.370.602	35.690.185	33.370.602	35.690.185
Doações / Cursos	6.062.331	7.474.520	6.062.331	7.474.520
Convênios Escolas	8.945.353	7.022.572	8.945.353	7.022.572
Convênios Estaduais	326.000	12.300.000	326.000	12.300.000
Trabalho Voluntário	3.720.000	3.720.000	3.720.000	3.720.000
Total ==>	522.093.193	515.938.740	522.093.193	515.938.740

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Inclui gastos diretamente relacionados à atividade assistencial, tais como folha de pagamento, serviços médicos e consumo de materiais.

Custo dos Serviços Prestados (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços Terceiros	(368.940)	(3.209.675)	(368.940)	(3.209.675)
Materiais / Medicamentos / Prótese	(86.540.239)	(84.833.104)	(86.540.239)	(84.833.104)
Gerais / Inventario	(13.982.525)	(11.682.003)	(13.982.525)	(11.682.003)
Médicos (Autônomos + PJ +CLT)	(194.902.909)	(182.121.650)	(194.902.909)	(182.121.650)
Pessoal CLT (Salario + Encargos + Provisões)	(132.107.553)	(123.404.175)	(132.107.553)	(123.404.175)
Piso Enfermagem	(24.748.338)	(25.109.644)	(24.748.338)	(25.109.644)
Total ==>	(452.650.504)	(430.360.252)	(452.650.504)	(430.360.252)

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Registra-se neste grupo as despesas com folha de pagamento de pessoal administrativo, as reversões referentes aos convênios, os gastos com serviços prestados de auditoria externa, consultoria e serviços médicos de clínicas e laboratórios.

Conforme previsto na ITG 2002, deve ser reconhecido o trabalho voluntário, dos membros integrantes da administração, pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Despesas Administrativas (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PCLD - Estoques / Convenio / Glosa	(2.147.284)	(1.840.561)	(2.147.284)	(1.840.561)
Reversão PCLD - Convenio / Glosa (FUNSERV)	1.613.433	521.412	1.613.433	521.412
Pessoal CLT Não Assistencial (Salario + Encargos + Provisão)	(64.272.539)	(58.853.647)	(64.272.539)	(58.853.647)
Trabalho Voluntário	(3.720.000)	(3.720.000)	(3.720.000)	(3.720.000)
Agua / Luz / Telefone	(10.416.700)	(10.404.813)	(10.416.700)	(10.404.813)
Gerais	(751.164)	(586.415)	(751.164)	(586.415)
Despesa com Impostos	(8.837)	(257.481)	(8.837)	(257.481)
Devolução de Recursos Convenios	(36.520)	(2.470.137)	(36.520)	(2.470.137)
Indenizações	(3.187.581)	(4.158.100)	(3.187.581)	(4.158.100)
Reversão Provisão Contingencial	96.085	2.719.243	96.085	2.719.243
Auditoria / Consultoria	(1.436.652)	(1.028.622)	(1.436.652)	(1.028.622)
Serviços Terceiros	(20.499.662)	(22.006.465)	(20.499.662)	(22.006.465)
Gerais Estoque / Inventario	(8.096.526)	(9.009.994)	(8.096.526)	(9.009.994)
Depreciação	(10.415.762)	(9.172.487)	(10.415.762)	(9.172.487)
Total ==>	(123.279.708)	(120.268.067)	(123.279.708)	(120.268.067)

27. RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO

Registra-se neste grupo os descontos obtidos de fornecedores, juros e atualização monetária recebidas de clientes.

Assim como os gastos com juros de empréstimos contraídos pela Entidade, multas pagas, os encargos com tributos da Receita Federal e despesas bancárias adquiridas.

Foram realizados parcelamentos e reparcelamentos, gerando assim uma redução considerável em suas despesas com juros, multas e encargos, por conta de uma portaria da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, referente a créditos inscritos na dívida ativa da união, onde obtivemos uma isenção de até 70% sobre o valor de cada inscrição objeto da negociação.

Resultado Financeiro Líquido (Valores em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras Total	3.590.648	1.589.473	5.588.912	2.826.823
Descontos Obtidos	332.368	65.639	332.368	65.639
Juros / Atualização Monetária	2.603.734	1.360.834	2.603.734	1.360.834
Carteira Itaú	654.545	163.000	654.545	163.000
Receitas Financeiras	-	-	1.998.264	1.237.350
Despesas Financeiras Total	(71.776.870)	(72.709.711)	(72.039.567)	(72.942.232)
Descontos Concedidos	(11.749)	(25.613)	(11.749)	(25.613)
Comissões e Despesas Bancarias	(39.616)	(1.786.433)	(39.616)	(1.786.433)
Atualização Monetária	-	(378.299)	-	(378.299)
Juros Pagos ou incorridos (RFB / PGFN)	(7.306.666)	(4.327.607)	(7.306.666)	(4.327.607)
Multas / Taxas pagas ou incorridas (RFB / PGFN)	(10.207.748)	(8.028.750)	(10.207.748)	(8.028.750)
Reversão Juros / Multa / Encargos (parcel. PGFN)	14.710	4.791.534	14.710	4.791.534
Juros Incorridos (FGTS)	(1.081.697)	(17.359.633)	(1.081.697)	(17.359.633)
Multa Incorrida (FGTS) / Encargos (FGTS)	(1.224.610)	-	(1.224.610)	-
Juros Pagos ou incorridos (Bancários / Fornecedores)	(51.906.461)	(45.342.425)	(51.906.461)	(45.342.425)
Multas / Taxas pagas ou incorridas	(13.032)	(252.485)	(13.032)	(252.485)
Despesas Financeiras	-	-	(262.698)	(232.521)
Total ==>	(68.186.221)	(71.120.238)	(66.450.655)	(70.115.410)

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém cobertura de seguros para os equipamentos e estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feitos por consultores.

Seguros (Valores em R\$ mil)	Vigência	Coberturas	R\$ Apólice
Conselheiros e Administradores	29/10/2025 à 29/10/2026		200.000.000
Veiculo Spin Advantage 1.8 Ano 2017/18	26/09/2025 à 26/09/2026	100% V.R (FIPE)+ Danos materiais e Corporais	320.000
Prédio Eduardo Santos Pereira	17/11/2025 à 17/11/2026	Incêndio , IDT, Raio e Explosão de QQ natureza	40.100.000
Total ==>			240.420.000

29. AJUSTES POR MUDANÇA NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo ajustes decorrentes de mudanças de práticas, estimativas e correção de erros, quando aplicável.

30. REVERSÃO JUROS/MULTAS/ENCARGOS PARCELAMENTO PGFN

Em 2025 a instituição realizou parcelamentos junto à PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional). Foi publicado através do edital PGDAU nº 11, de 30 de maio de 2025, que tornou pública uma proposta da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, para transação por adesão, nos termos da lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e da portaria da PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, de créditos inscritos em dívida ativa da união.

Em conformidade com o princípio da competência, a Santa Casa tem registrado em conta de resultado de sua contabilidade os juros, multas e encargos decorrentes de impostos em atraso ao longo dos exercícios anteriores.

A adesão ao parcelamento, conforme descrito no art. 6º do edital PGDAU nº 11, resultou em uma redução de até 70% sobre o valor total de cada inscrição objeto da negociação, abrangendo os juros, multas e encargos. Dessa forma, foi realizada uma reversão no montante de R\$ 14.710 (quatorze mil setecentos e dez reais).

Campo Grande, MS, 31 de dezembro de 2025.

ALIR TERRA LIMA	MARCOS ALCEU DA SILVA VILLALBA	RINALDO HAKME ROMANO	LEONARDO JORDÃO DE ARAUJO
Presidente	Diretor de Finanças	Diretor Financeiro	Contador
CPF 357.217.311-68	CPF 029.775.671-00	CRC-MS 10205/O-4	CRC-MS 13860/O-2
		CNAI 7813	CPF 012.416.601-66
		CPF 554.307.591-04	

PARECER CONSELHO FISCAL

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, o Conselho Fiscal da Associação Beneficente de Campo Grande – ABCG, administradora e mantenedora do Hospital Santa Casa, no exercício de suas atribuições estatutárias e regulamentares, examinou o Balanço Geral e as demonstrações financeiras com suas respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, após cotejamento com as informações contidas no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis e no Relatório de Recomendações sobre os trabalhos realizados relativos às Demonstrações Contábeis, os quais acolhemos integralmente, indica que os mesmos, por exigência legal, devem ser submetidos ao crivo soberano da Assembleia Geral.

Campo Grande, 24 de junho de 2026.

Antônio Urban Filho
Conselheiro Fiscal Titular
Presidente

Edson Alceu Lazaroto
Conselheiro Fiscal Titular
Secretário

Valdir José D’Angol Zanin
Conselheiro Fiscal Titular



Tel.: +55 67 3326 2675
Fax: + 55 67 3326 8714
www.bdo.com.br

Av. Afonso Pena, 5723, 12º andar,
Santa Fé - Campo Grande, MS
Brasil 79031-010

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Gestores da
Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande
Campo Grande - MS

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande** (“Entidade” ou “**Santa Casa**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Revisão de vida útil do ativo imobilizado e saldos de reavaliação

Conforme Nota Explicativa nº 10, a Entidade possui registrados na Rubrica “Imobilizado” o montante de R\$ 59.532 mil, líquido de depreciação acumulada. Em nossas análises na emissão de relatórios de depreciação, identificamos limitações no sistema de gestão do ativo imobilizado, que apresenta relatório com diferença no montante de aproximadamente R\$ 33.650 mil, a menor em relação aos registros contábeis no saldo de depreciação acumulada. Adicionalmente a Entidade não efetuou a revisão de vida útil dos bens do ativo imobilizado conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado. Dessa forma, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à adequação dos valores registrados no ativo imobilizado, da depreciação acumulada e depreciação do período e do respectivo impacto no resultado e no patrimônio líquido, nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Ausência de controle de saldo de empréstimo de produtos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 “Estoques” e nº 15 “Outras obrigações”, a Entidade realiza empréstimos (concedido e recebido) de materiais hospitalares e produtos farmacêuticos entre unidades hospitalares de Campo Grande, nos montantes de R\$ 3.421 mil e R\$ 4.047 mil, respectivamente. No entanto, observamos que os relatórios de controle não apresentam o vínculo por título dos produtos emprestados, não sendo possível identificar os empréstimos e suas liquidações, tanto dos empréstimos concedidos como dos recebidos. Dessa forma, não nos foi possível concluir quanto aos respectivos saldos apresentados no ativo e no passivo nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Investimento em controladas e demonstrações consolidadas

Durante a execução dos nossos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis da Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente relacionada aos saldos

e transações da empresa controlada Operadora de Planos Privados de Saúde - Santa Casa Saúde Ltda., auditada por outro auditor independente. A administração não disponibilizou acesso ao trabalho realizado, às metodologias de auditoria aplicadas e às evidências obtidas pelo auditor da controlada, impossibilitando-nos de avaliar a adequação dos procedimentos adotados e a confiabilidade dos saldos incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas. Adicionalmente, a administração não realizou as eliminações das operações e saldos existentes entre a controladora e sua controlada no processo de consolidação das demonstrações contábeis. Dessa forma, não foi possível concluir quanto a adequação dos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2025.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, que indica que a Entidade, em 31 de dezembro de 2025, apresentava o passivo circulante excedente ao seu ativo circulante em R\$ 227.215 mil e patrimônio líquido negativo em R\$ 639.469 mil. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante, que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. O capital circulante líquido negativo denota a necessidade de recursos financeiros, ou medidas, por parte da Administração, visando proporcionar as condições necessárias para cumprimento das obrigações e continuidade operacional da Entidade, sendo determinadas medidas apresentadas na Nota Explicativa nº 1. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes

transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 11 de maio de 2026.



**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 MS
000992-F**

José Martins Alves
Contador CRC 1 MS 9938/O-0